RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

Ansiedade epistêmica: da banalidade do mal à banalidade do não pensar

Epistemic anxiety: from the banality of evil to the banality of not thinking

Ansiedad epistémica: desde la banalidad del mal hasta la banalidad de no pensar

Maynara Regina Ferro de Almeida Paranhos[1]

RESUMO

O presente artigo problematiza a hipótese de que a ansiedade contemporânea, descrita amplamente como "a doença do século", não é apenas um sintoma clínico, mas um efeito colateral de um regime epistêmico que recompensa a velocidade da resposta em detrimento da qualidade do juízo. Partindo do conceito arendtiano de banalidade do mal-entendido como ausência de pensamento crítico institucionalizada pela burocracia — o texto propõe a categoria de "banalidade do não pensar" para descrever o uso acrítico de inteligência artificial generativa no ensino superior e na prática profissional. Dialoga-se com Hannah Arendt, Byung-Chul Han e a epistemologia do testemunho para sustentar que a delegação cognitiva à máquina, somada à pressão por produtividade, gera uma ansiedade estrutural que não paralisa o sujeito, mas o acelera rumo a decisões cada vez menos refletidas. Conclui-se que a universidade, ao confundir fluência textual com competência intelectual, tornou-se cúmplice da crise que devia diagnosticar.

Palavras-chave: Ansiedade epistêmica. Banalidade do mal. Inteligência artificial. Pensamento crítico. Docência superior.

ABSTRACT

This article examines the hypothesis that contemporary anxiety, widely described as ‘the disease of the century’, is not merely a clinical symptom, but a side-effect of an epistemic regime that rewards speed of response at the expense of the quality of judgement. Drawing on Arendt’s concept of the banality of evil — understood as an absence of critical thinking institutionalised by bureaucracy — the text proposes the category of ‘the banality of not thinking’ to describe the uncritical use of generative artificial intelligence in higher education and professional excercise. It engages with the work of Hannah Arendt, Byung-Chul Han and the epistemology of testimony to argue that the delegation of cognitive tasks to machines, combined with the pressure for productivity, generates a structural anxiety that does not paralyse the individual, but rather drives them towards increasingly less reflective decisions. It is concluded that the university, by confusing textual fluency with intellectual competence, has become an accomplice to the crisis it was supposed to diagnose.

---

[1] Advogada inscrita na OAB (Seção do Estado de São Paulo), graduada em Direito pela Universidade São Judas Tadeu (2019), com especialização em Direito Administrativo Avançado e habilitação para o Magistério Superior pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus (2020-2021), e especialização em Direito Processual Civil Contemporâneo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2021-2022). Atualmente é Mestranda em Educação, com foco em Formação de Professores, pela Universidad Europea del Atlántico (Espanha), atuando como advogada sênior em Direitos Especiais na SG Law e diretora jurídica do escritório Ferro Almeida, especializado em Direito Civil e Sucessório. Possui experiência prévia em Direito de Família e Sucessões, além de atuação junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, no setor de Patrimônio Público e Social.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

Keywords: Epistemic anxiety. The banality of evil. Artificial intelligence. Critical thinking. Higher education.

"Julgamos o ato pela consequência que produz, não pela verdade que o funda — e assim absolvemos o ator que encena Homero sem nunca ter comandado exército algum."

I. INTRODUÇÃO

Vive-se sob o diagnóstico fácil de que a ansiedade é "a doença do século". Repete-se a frase em consultórios, em salas de aula, em relatórios corporativos e em posts de rede social, quase sempre como se fosse uma fatalidade epidemiológica, alheia a qualquer responsabilidade coletiva. Este artigo rejeita esse conforto explicativo. Argumenta-se aqui que boa parte da ansiedade contemporânea não é causa, mas consequência de um colapso silencioso do juízo crítico — colapso acelerado, embora não inaugurado, pelo uso indiscriminado e não revisado de inteligência artificial generativa (IA) em contextos acadêmicos e profissionais.

A tese central é desconfortável e deliberadamente clara: não é o uso da IA que nos tornou ansiosos, é a ausência do pensamento critico que a antecede. Hannah Arendt, ao analisar o julgamento de Adolf Eichmann, cunhou a expressão "banalidade do mal" para descrever não um monstro, mas um burocrata medíocre, incapaz de pensar por si mesmo, que se escondia atrás do cumprimento de ordens (ARENDT, 1999).

O argumento que se sustenta neste artigo é que a universidade contemporânea vem produzindo, em escala industrial, uma variante branda e aparentemente inofensiva desse mesmo fenômeno: sujeitos que produzem conhecimento sem pensá-lo, validam informações sem verificá-las e ensinam sem revisar— tudo isso mediado por ferramentas que devolvem respostas plausíveis com a mesma velocidade com que corroem a paciência para duvidar.

O objetivo deste trabalho é, portanto, triplo: (i) recuperar o conceito arendtiano de ausência de pensamento e propor sua extensão para o campo prático contemporâneo; (ii) articular essa extensão com o diagnóstico de Byung-Chul Han sobre a sociedade do desempenho e do cansaço; (iii) situar o problema na docência do ensino superior, onde a pressa de produzir substituiu a lentidão de compreender.

Metodologicamente, trata-se de ensaio teórico-crítico, fundamentado em revisão bibliográfica, sem pretensão de exaustividade empírica, mas com pretensão deliberada de incômodo intelectual.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

II. A BANALIDADE DO MAL COMO AUSÊNCIA DE PENSAMENTO CRÍTICO

Em Eichmann em Jerusalém (1963), Hannah Arendt não descreve um sujeito ideologicamente convencido do extermínio, mas um funcionário zeloso, obsessivo com prazos e relatórios, cuja principal característica moral era justamente a ausência de qualquer deliberação moral (ARENDT, 1999). Como observa a literatura secundária sobre a obra, Eichmann "*nunca tomou decisões autônomas, apenas executou rigorosamente todas as ordens que lhe foram dadas*" (BRASIL PARALELO, 2021). O mal, nesse relato, não exige convicção: exige apenas obediência e ausência de reflexão.

É crucial notar que Arendt não trata o mal como categoria metafísica, mas como fenômeno político e histórico, que *se manifesta apenas onde encontra espaço institucional para isso*. A banalidade não está no ato em si, mas na estrutura que dispensa o sujeito de pensar sobre o que faz.

Eichmann, nas palavras da própria Arendt, "*nunca percebeu o que estava fazendo*" — sua colaboração com a máquina de extermínio "*foi pura irreflexão*" (ARENDT apud REPOSITÓRIO UFAL, 2013, p. 310-311).

A pergunta que Arendt deixa em aberto é também a pergunta que este artigo recupera, deslocando-a do campo genocida para o campo cotidiano: "**será que a natureza da atividade de pensar [...] poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal**?" (REPOSITÓRIO UFAL, 2013). Se a resposta arendtiana aponta para o exercício do pensamento crítico como antídoto, **o que ocorre quando uma sociedade inteira terceiriza esse exercício para um sistema que simula pensar, mas apenas prediz a palavra estatisticamente mais provável?**

Não se trata de equiparar o uso de IA generativa ao extermínio — seria tão desonesto quanto inútil. Trata-se de reconhecer a mesma estrutura formal: a substituição do juízo autônomo por um processo automatizado que produz resultados "corretos o suficiente" e “efetivos” para não gerar questionamentos.

A banalidade contemporânea não mata judeus em vagões; ela mata, silenciosamente, a capacidade de duvidar. Quando o resultado do mal foi escancarado, não restaram dúvidas e julgamentos; mas uma vez revertido em produtividade, não há mais tempo para revisão.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

III. DO CANSAÇO AO DESEMPENHO: A ANSIEDADE COMO MOTOR, NÃO COMO FREIO

Se Arendt explica a ausência de pensamento pela burocracia totalitária, Byung-Chul Han explica sua versão contemporânea pela lógica do desempenho. Para o filósofo sul-coreano, a sociedade disciplinar do "não pode" foi substituída pela sociedade do desempenho do "tudo é possível", que não reprime de fora, mas explora de dentro, fazendo o próprio sujeito se tornar empresário de si mesmo, cobrando de si a produtividade que antes era imposta por um patrão externo (CARCASA, 2026).

Esse deslocamento é decisivo para compreender por que a ansiedade contemporânea não paralisa: ela acelera. O sujeito ansioso da sociedade do desempenho não para e pensa — ele produz mais, mais rápido, com menos verificação, precisamente porque parar é sentido como fracasso competitivo (o incômodo do ócio). A IA generativa encontra, nesse terreno, o hospedeiro perfeito: ela não cria a pressa, ela a satisfaz. Advogados que geram petições sem revisar jurisprudência, professores que preparam aulas sem checar fontes, alunos que produzem monografias sem entender o próprio argumento — todos operam sob a mesma lógica de que a entrega rápida vale mais do que a entrega calculada.

A "doença do século" é, em larga medida, o preço emocional de uma economia cognitiva que despreza a lentidão como sinônimo de incompetência.

Não se está ansioso porque se pensa demais; está-se ansioso porque se pensa cada vez menos e, ainda assim, se produz cada vez mais — e o abismo entre volume de produção e profundidade de compreensão gera um mal-estar que não sabe nomear-se, e por isso se nomeia "ansiedade", como se fosse um problema estritamente psiquiátrico, e não estrutural.

IV. TRÊS PONTOS AFASTADOS DA REALIDADE

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

A epistemologia do testemunho já discutia, antes da popularização da IA generativa, os limites da confiança epistêmica: em que condições é racional aceitar uma informação de segunda mão sem verificação direta. A diferença qualitativa introduzida pela IA generativa é que ela não se apresenta como testemunha falível — apresenta-se como resposta pronta, fluente, gramaticalmente impecável e desprovida de qualquer marca visível de incerteza. O erro, quando ocorre, é indistinguível do acerto na forma; distingue-se apenas no conteúdo, e só para quem já sabe o suficiente para duvidar.

A inteligência artificial generativa encontra, na sociedade contemporânea, o papel exato que Platão reservou ao **poeta-imitador** no Livro X de A República: o de **um produtor de aparências que se apresenta como produtor de conhecimento**. Para Platão, o poeta trágico — assim como o pintor — não cria nem domina a coisa em si, apenas reproduz sua imagem sensível, "três pontos afastado da realidade" (PLATÃO apud REDALYC, 2006, 597e-602a).

O imitador, insiste, "não possui ciência nem opinião correta quanto à beleza ou aos vícios das coisas que imita", sendo antes "**um fabricante de ilusão**" do que um conhecedor (REDALYC, 2006). **Ele copia a aparência do artesão, que por sua vez copia a Ideia — e, nessa cadeia de distanciamento, o poeta "não sabe fazer, mas apenas imita" aquilo que outros efetivamente produziram e compreenderam** (SEMINÁRIO PPGLM, 2009).

É esse exatamente o lugar que a IA generativa ocupa hoje, com uma diferença perversa**: o poeta platônico ao menos assumia visivelmente sua condição de artista, de encantador de plateias; a IA generativa se apresenta como fonte, como autoridade, como se fosse ela a detentora originária do saber que apenas retrabalha estatisticamente.**

Todo o conhecimento que ela "devolve" com fluência foi produzido por humanos — pesquisadores, escritores, professores — que pensaram, testaram, erraram e revisaram; a máquina apenas recombina essa produção sem jamais tê-la compreendido, exatamente como o poeta de Platão "fala de Homero e da guerra sem nunca ter comandado um exército" (PLATÃO apud REDALYC, 2006, 599b). **Há, portanto, uma inversão civilizatória tragicômica: a humanidade passou a venerar como oráculo do saber a mesma imagem-eco daquilo que ela própria produziu — um simulacro que Platão já havia condenado por afastar o espírito da verdade em direção à mera aparência** (SEMINÁRIO PPGLM, 2009).

Esse é o cerne da inversão perversa que se propõe nomear de "erro qualificado": profissionais com formação superior, treinados para verificar fontes, docentes com décadas de carreira, passam a reproduzir conteúdos gerados por IA, não por ignorância, mas por comodismo

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

travestido de eficiência. Os criadores do conhecimento voluntariamente passaram a atores, encenando suas próprias peças.

V. A DELEGAÇÃO COGNITIVA E A DISSEMINAÇÃO DE ERROS QUALIFICADOS

Assim como Eichmann escondia a ausência de juízo moral sob o verniz da eficiência burocrática, o profissional contemporâneo esconde a ausência de verificação sob o verniz da produtividade.

Porque a mentira, o erro, e a imperícia não resultam em holocausto, se torna escusável. O resultado é uma cadeia de desinformação horizontalizada: o erro não vem mais de fontes obscuras ou de agentes mal intencionados, mas do centro do sistema — de quem tem crachá, currículo e cátedra. Isso é qualitativamente mais grave do que a desinformação de rodapé de internet, porque carrega o peso institucional da autoridade, sem carregar o esforço que deveria legitimá-la.

Em Sobre Verdade E Mentira No Sentido Extramoral (1873), Nietzsche descreve a gênese do conceito como um processo de sucessivas traduções que afastam a linguagem da coisa em si: primeiro o estímulo nervoso se transpõe em imagem, depois a imagem se transpõe em som, e só então nasce a palavra — de modo que "palavra e coisa não se correspondem" (NIETZSCHE apud SOBRE VERDADE E MENTIRA NO SENTIDO EXTRAMORAL, 1873).

O conceito, insiste o filósofo, nasce justamente da "omissão do particular e do real": para chamar algo de "cadeira", é preciso esquecer todas as cadeiras concretas, particulares, irrepetíveis, e reter apenas o esquema abstrato — de modo que, quanto mais fluentemente usamos a palavra, mais nos afastamos da experiência sensível que a originou. Nietzsche resume essa distância com a célebre imagem da moeda gasta: "**verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, metáforas gastas que perderam sua força sensível, moeda que perdeu sua efígie e que não é considerada mais como tal, mas apenas como metal**" (NIETZSCHE apud A LEITORA CLÁSSICA, 2024).

É esse esquecimento estrutural — já presente na linguagem humana antes de qualquer máquina — que a inteligência artificial generativa não inaugura, mas industrializa em escala. Se o homem comum já opera a três passos de distância da "cadeira" (estímulo, imagem, som/palavra), o usuário de IA generativa irrestritos opera a uma tradução

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

adicional: a máquina. Esta lhe entrega o conceito já processado, já metaforizado, já "moeda sem efígie", sem que ele tenha percorrido nenhuma das etapas de abstração que ao menos exigiam alguma experiência do particular. **O resultado é um sujeito que "não enxerga mais a ideia, apenas o exemplo dela"** — e, no seu caso, nem o exemplo: apenas a paráfrase estatística do exemplo, gerada por um sistema que jamais teve contato com a particular sensível de coisa alguma.

Esse triplo distanciamento — da coisa, da ideia da coisa e agora da própria paráfrase mediada por máquina — **tem uma consequência ética direta: julgamos hoje o mal quase exclusivamente pelas consequências visíveis dos atos, e não pelo juízo do que os originou**.

Um erro técnico cometido por ausência de verificação em um parecer jurídico, em um laudo médico ou em um artigo acadêmico é sistematicamente rebatizado de "equívoco" — palavra que sugere acidente, imprevisibilidade, força maior — quando deveria ser nomeado pelo que estruturalmente é: imperícia, isto é, a falha no exercício competente de uma função que se tinha o dever de exercer com rigor.

A diferença entre as duas palavras não é estilística, é moral: "equívoco" absolve o sujeito de qualquer responsabilidade sobre o processo que o levou ao erro; "imperícia" o responsabiliza justamente por não ter percorrido as etapas de verificação que sua função exigia.

Esse eufemismo generalizado é, ele próprio, um efeito do distanciamento nietzschiano levado ao extremo: se já não vemos mais a ideia da coisa, mas apenas seu exemplo mediado por ferramentas. **Deixamos de ver o vício da conduta, e passamos a analisar apenas o efeito — quando o resultado "satisfaz" apesar do erro estrutural, se torna aceitável.**

Arendt já havia advertido que a ausência de pensamento é a verdadeira antessala do mal banal; o que se acrescenta aqui é que a ausência de vocabulário preciso para nomear o erro é a antessala da impunidade moral desse mesmo mal — cada vez mais remoto, cada vez mais anônimo, cada vez mais distante de qualquer conceito.

VI. DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A UNIVERSIDADE COMO CÚMPLICE

É neste ponto que o argumento se torna mais desconfortável para quem o lê: a universidade não é vítima passiva desse processo, é agente ativo dele. Professores que corrigem trabalhos com apoio de ferramentas automatizadas sem ler o conteúdo produzido; bancas que aprovam projetos com metodologias genéricas geradas em minutos; departamentos que celebram índices

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

de produtividade — número de artigos, não qualidade de argumento — replicam exatamente a lógica burocrática que Arendt identificou em Eichmann: cumprir o procedimento formal dispensa o julgamento substantivo.

O estudante, por sua vez, aprende rapidamente a lição que a instituição ensina: **o que importa é a forma aprovável, não o pensamento defensável**. Trabalhos "impecáveis" na estrutura, mas vazios na tese; respostas coerentes, mas nunca originais; textos que soam corretos porque foram calibrados estatisticamente para soar corretos — não porque alguém, em algum momento, os pensou. A avaliação, que deveria medir juízo crítico, passa a medir competência de operação de ferramenta, numa espécie de terceirização silenciosa da própria função docente.

A ansiedade discente, tantas vezes tratada como problema de saúde mental isolado do currículo, da falta de reconhecimento, da baixa remuneração, é também sintoma dessa incoerência: exige-se originalidade num sistema que recompensa velocidade e uniformidade; exige-se pensamento crítico num sistema que raramente modela, na prática docente, o que significa pensar criticamente diante de uma ferramenta que promete respostas prontas.

O ansioso não é, na maioria dos casos, quem pensa demais — é apenas um aluno preso entre a exigência retórica e a estrutura material que o desincentiva a fazê-lo.

VII. POR UMA PEDAGOGIA DA DÚVIDA

Não basta proibir ou permitir o uso de IA — debate raso que consome a maior parte das discussões curriculares atuais. É preciso redesenhar a avaliação para premiar precisamente o que a IA não pode simular sem supervisão humana: o processo de dúvida, a explicitação do raciocínio, a defesa oral do argumento, a capacidade de identificar o próprio erro.

Isso exige da docência superior algo que a sociedade do desempenho torna raro: tempo. Tempo para orientar devagar, tempo para questionar em sala, tempo para tolerar a resposta incompleta de um aluno que está, de fato, pensando, em vez de aplaudir a resposta completa de quem apenas copiou bem. A universidade que se orgulha de sua velocidade de produção científica deveria perguntar-se quanto dessa produção resistiria a uma auditoria de pensamento genuíno.

A ferramenta de IA é, sem dúvida, valorativa: permite pesquisa, acesso irrestrito a materiais em qualquer idioma, disponibilidade contínua e a possibilidade de questionar sem o julgamento ou o constrangimento que muitas vezes inibem a pergunta em sala de aula. Mas é preciso

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

resgatar um conceito basilar, hoje quase esquecido por excesso de familiaridade: o conceito de tecnologia.

De origem remonta ao grego *techné*, que designava não um objeto, mas um saber-fazer, "uma conduta certa numa atividade específica, subordinada a uma série de conhecimentos adquiridos através da educação" (VARGAS apud OLIVEIRA, 2008). **Tecnologia, em sentido estrito, é todo conjunto de conhecimentos organizados que o homem produz para ampliar sua capacidade de agir sobre o mundo — nunca para substituir o agente que a criou, mas para estender seu alcance** (OLIVEIRA, 2008).

A roda da carroça foi um dia tecnologia inovadora; hoje cedeu lugar a pneus e sistemas de suspensão. A pena e o papel cederam à máquina de escrever, que cedeu ao computador, que agora cede à IA generativa — cada etapa uma ferramenta de otimização do potencial humano, jamais um substituto ontológico do ser que a criou.

Como observa a literatura sobre o tema, **ciência e técnica combinadas produzem tecnologia** como "saber é poder" (VARGAS apud OLIVEIRA, 2008) — **poder de fazer mais e melhor, não de deixar de fazer**. Análises e compilações de dados que exigiam horas de trabalho manual reduzem-se hoje a segundos; dúvidas que dependiam do tempo escasso da sala de aula podem ser aprofundadas a qualquer hora, sobre qualquer tema, sem as limitações curriculares, temporais ou mesmo de conhecimento do próprio docente. Nesse sentido técnico, **a IA generativa é hoje a tecnologia de maior valor da sociedade contemporânea**.

O ponto decisivo, porém, é que a ferramenta em si é neutra em relação ao seu uso— o que Heidegger já advertia ao afirmar que a técnica, tomada apenas como meio instrumental para fins humanos, é uma definição "exata, mas não verdadeira" sobre sua essência (SCRIBD, 2019; RHET.UVANET, 2016). O perigo, para Heidegger, não reside no artefato técnico — nas máquinas, nos computadores, na própria IA — mas no modo como o homem se relaciona com ele, no risco de que a lógica da técnica passe a governar o próprio pensamento humano, reduzindo tudo, inclusive o pensar, a um "fundo de recursos a explorar" de maneira calculável e automática (RHET.UVANET, 2016).

Não é a existência da roda que elimina a caminhada, nem a máquina de escrever que elimina a escrita manuscrita, nem o celular que elimina a conversa na rua — é a escolha social de abandonar a alternativa por comodismo, e não por necessidade, que produz a perda.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

A tecnologia, portanto, não banaliza o pensamento crítico; a sociedade que, ao encontrar uma ferramenta capaz de condensar e organizar dados com eficiência sem precedentes, escolheu confundir disponibilidade de resposta com dispensa de raciocínio. A pergunta que se impõe, então, não é se devemos abandonar a IA generativa — seria tão absurdo quanto abandonar a roda —, *mas porque decidimos, coletivamente, parar de exercitar o pensamento simplesmente porque uma tecnologia passou a fazer parte do processo*?

A resposta, como sugerido nas seções anteriores deste artigo, não está na ferramenta, mas na ausência de exigência institucional — sobretudo educacional — de que o uso da tecnologia seja acompanhado, e não substituído, pelo exercício do juízo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não pretende oferecer conforto, resposta ou solução. Pretende, ao contrário, sustentar que a ansiedade contemporânea, tratada como epidemia isolada, é também — e talvez principalmente — o sintoma de uma civilização que trocou o pensar pelo responder, o argumento pela fluência, e o juízo pela entrega.

Este artigo nasce de uma prática antiga, quase esquecida: a alta indagação. Não se busca aqui mérito, tampouco conclusão — apenas crítica**. De que outro modo se provocaria o ser cômodo, senão por uma ideia deliberadamente inacabada? Um argumento tecido pela inteligência natural, articulado com exemplos concretos, cercado de problemáticas e desprovido de qualquer conclusão? Um texto que se recusa, propositalmente, a ascender à sede típica da construção gerativa — essa que tudo resolve, alinha todas as ideias e por isso mesmo, a tudo empobrece.**

A história nos ensinou que a busca pela perfeição nem sempre é o caminho de melhor proveito. Platão dedicou anos à concepção de A República, uma sociedade dita "perfeita" que jamais chegou a se realizar, pois a própria essência da vida já se havia transformado durante o tempo de concluir a obra. Séculos depois, porém, o pêndulo oscilou para o extremo oposto: instalou-se um comodismo com o imperfeito, que abandona os discursos clássicos sobre o Belo, a Moral, a Ética e o Perfeito em favor de uma aceitação resignada do real — sem perspectivas, sem tensão, sem qualquer interesse genuíno em transformá-lo.

A extensão do conceito arendtiano de banalidade do mal para o campo epistêmico não é mero exercício retórico: é um alerta de que a ausência de crítica, mesmo quando não mata ninguém

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Ano VII, v.2 2026 | submissão: 13/09/2026 | aceito: 16/09/2026 | publicação: 01/10/2026

diretamente, corrói a base sobre a qual qualquer sociedade democrática e qualquer universidade minimamente séria deveriam se sustentar.

Viver como o ator que encena Homero sem jamais ter comandado um exército não é uma falha inocente de representação — é, em sua estrutura mais profunda, uma forma de difusão do falso, e o falso, quando naturalizado, é apenas um degrau abaixo do mal banal que Arendt identificou. A sociedade se acostumou a aplaudir o encenador, a confundir a fluência da cópia com a autoridade do original. Mas isso não transforma a encenação em verdade. **A impunidade não purifica o gesto; apenas adia o dia em que alguém há de perguntar quem, de fato, comandará o exército — e descobrir, tarde demais, que ninguém é capaz de tal.**

A inteligência artificial não é o vilão desta história — é o espelho que revela, com uma nitidez desconfortável, o quanto ansiávamos por deixar o pensar antes de qualquer algoritmo existir. Resta à docência superior a esperança de reverter o cenário com a tarefa mais antiga da universidade: ensinar a duvidar.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre verdade e mentira no sentido extramoral. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HAN, Byung-Chul. Sociedade do cansaço. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

PLATÃO. A República. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. Tradução de Marco Aurélio Werle. In: Scientiae Studia, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

REPOSITÓRIO UFAL. O conceito de banalização do mal na obra "Eichmann em Jerusalém". Monografia. Universidade Federal de Alagoas, 2013. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/123456789/9778/1/. Acesso em: 29 jul. 2026.

OLIVEIRA, E. A. A técnica, a techné e a tecnologia. Revista Interfaces, 2008. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/download/20417/19175/159247. Acesso em: 29 jul. 2026.

A LEITORA CLÁSSICA. Sobre verdade e mentira (no sentido extramoral) - Nietzsche. 2024. Disponível em: https://www.aleitoraclassica.com.br/post/sobre-verdade-e-mentira-no-sentido-extramoral-nietzsche. Acesso em: 29 jul. 2026.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.